

JORNAL DA TARDE

O primeiro passo no rumo certo

*inda
ext*

1 MAR 1988

Após amargar durante um ano as consequências adversas da irresponsável moratória dos economistas do PMDB, a economia brasileira — conduzida pelo bom senso do ministro Mafson da Nóbrega — dá o primeiro passo no rumo de uma plena reintegração à comunidade financeira internacional, condição primordial para que retomemos o ritmo histórico do nosso desenvolvimento. É desse ângulo que deve ser analisado o novo acordo preliminar entre o País e os bancos privados, concluído no último fim de semana, segundo o qual os credores nos concederão US\$ 5,8 bilhões para o financiamento parcial dos juros referentes aos anos de 1987 e 1988 e ao primeiro semestre de 1989, além de US\$ 600 milhões para reforçar as linhas de crédito de curto prazo, que haviam baixado para cerca de US\$ 14 bilhões em virtude da moratória.

Os bancos também concordaram em reduzir a taxa de risco (spread) paga pelo Brasil de 1,66% para 0,8125% sobre a Libor, o mesmo percentual obtido recentemente pelo México, tanto para o novo pacote quanto para a dívida a ser reestruturada. Em contrapartida, o governo fará nos próximos dias um pagamento de US\$ 700 milhões, referentes ao saldo dos juros de janeiro e aos juros de fevereiro.

Deve-se ter claro, no entanto, que o total do refinanciamento de juros conseguido pelo País é de US\$ 2,8 bilhões, pois em meados deste ano vencerá o empréstimo ponte de US\$ 3 bilhões conseguido em fins do ano passado para o pagamento de parte dos juros de 1987. Ou seja, os negociadores brasileiros, que ao tempo do sr. Brasser Pereira tinham pedido US\$ 11,4 bilhões aos bancos, acabaram aceitando muito menos. Talvez seja esta discrepância que tenha levado o ex-ministro Brasser Pereira a considerar o acordo do último sábado "um simples paliativo", sem qualquer avanço em relação às negociações com outros países devedores, mas a verdade é como sintetizou o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, é que "o melhor acordo é o que pode ser conseguido neste momento".

De fato, segundo nosso embaixador nos EUA observou, a melhora no relacionamento com a comunidade financeira internacional é muito mais importante do que a insistência em algumas condições um pouco melhores neste momento, as quais poderiam não ser aceitas pelos credores. Aliás, conforme deixou evidente um banqueiro, o acordo provisório é o melhor que um governo como o brasileiro pode conseguir nas atuais circunstâncias, fazendo alusão às notórias dificuldades do presidente Sarney e ao reticente apoio que o ministro Mafson da Nóbrega vem recebendo para adotar a linha de austeridade imposta pela situação de virtual falência do Estado brasileiro.

A nosso ver, as declarações do embaixador Marques Moreira e os comentários feitos nos bastidores pelos banqueiros credores evidenciam o que há de mais importante nessa última etapa de negociações entre o País e os bancos privados. O embaixador Marques Moreira, profundo conhecedor dos mecanismos financeiros internacionais, sabe que o fim da moratória significa o acesso do País aos recursos do Banco Mundial, que nos pode emprestar cerca de US\$ 500 milhões líquidos este ano, aos recursos relativamente baratos do FMI, do qual pretendemos obter mais US\$ 750 milhões; e a reabertura das conversações com os países do Clube de Paris (estas condicionadas a um acordo com o FMI). E de quebra o Brasil ainda terá chance de candidatar-se a um novo empréstimo de US\$ 2 bilhões do governo japonês, igualmente dependente dos entendimentos com o FMI.

Em suma, depois do tenebroso inverno da moratória e do inferno econômico produzido pelas desastradas gestões dos ministros do PMDB, o País está prestes a fechar com os credores um acordo muito semelhante ao negociado pelo economista Affonso Celso Pastore, que se encontrava na presidência do Banco Central em fevereiro de 1985. Naquela ocasião, Pastore pretendia o reescalonamento do principal devido aos bancos, mas não teve tempo de concluir as negociações. Agora, de acordo com o ministro Mafson da Nóbrega, está sendo negociada uma dívida de US\$ 67,6 bilhões, dos quais 95% deverão ser reescalonados, cobrindo os vencimentos entre 1986 e 1993.

Desse modo, mesmo com um acordo que ficou aquém das expectativas iniciais do governo, o Brasil está começando a acertar os ponteiros com a comunidade financeira internacional. Mas a evolução do problema da dívida externa daqui para a frente vai depender da maneira como o governo vai atacar o problema da ruína financeira do setor público, que representa a mais grave ameaça a tudo que foi combinado com os credores. Como se sabe, há uma estreita correlação entre o acordo provisório com os bancos privados e a anulação da disposição do governo de assinar em prazo relativamente curto um acordo com o FMI. Para assinar esse acordo com o organismo internacional, o País precisará apresentar um programa econômico com metas para o déficit público, a inflação, o balanço de pagamentos, o crescimento econômico esperado etc., cuja montagem está diretamente relacionada com o apoio do presidente da República aos cortes de gastos sugeridos pelo ministro da Fazenda.

Ora, sabemos o que foram as atribulações do ministro Mafson da Nóbrega na semana passada, quando ele pediu a ajuda de seus companheiros de governo para reduzir o déficit, recebendo de vários deles a costumeira negativa, e as vicissitudes que teve de enfrentar para aprovar a resolução do Banco Central que congela o endividamento dos Estados, municípios e empresas estatais nos níveis de 31 de dezembro de 1987. Este pequeno avanço do ministro da Fazenda, nas palavras do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não passa de um "antepasto", para o que terá de ser feito para baixar um déficit que já atinge o limiar dos 7% do PIB a um nível que permita, pelo menos, que se evite a hiperinflação.

Que o presidente Sarney não tenha qualquer dúvida de sua coragem, de sua determinação em apoiar a política do ministro Mafson da Nóbrega, dependerá o sucesso dos entendimentos com os credores externos, ainda em fase inicial, e que somente progredirão na medida em que se confirmarem as promessas de ordenamento das finanças públicas no Brasil. Esse ordenamento é essencial, não para satisfazer ao FMI, mas para evitar que se complete a já avançada desagregação financeira do Estado, o que acarretaria inevitavelmente a desagregação de toda a economia brasileira. O momento é decisivo, porque esta é rigorosamente a última instância.